

# NOTÍCIAS CNTV



## Boletim Eletrônico

Confederação Nacional dos Vigilantes - Brasília - DF 08/10/2015 - Edição 1368

# Vigilantes debatem Lei Anticalote na 13ª Conferência Nacional



Para Chico, é fundamental debater o tema e realizar campanha para garantir o compromisso dos legisladores.

As propostas de lei anticalote já apresentadas em algumas regiões do país já resultaram em consequências importantes para garantir os direitos trabalhistas dos vigilantes. Na Bahia, a lei já está em vigor e conta com a fiscalização firme do Sindicato dos Vigilantes da Bahia para garantir que os contratos contenham cláusulas incluindo as garantias do anticalote das empresas.

Em setembro, por exemplo, uma nova licitação aberto pelos

Correios não trazia a inclusão da lei anticalote no edital para contratação de empresas de segurança. Após fiscalização do Sindicato e uma notificação enviada aos Correios, a empresa suspendeu a licitação para fazer modificar o edital e acrescentar os fundamentos do anticalote.

No Maranhão, a lei também já está em vigor e beneficia a categoria, já que muitas empresas decretam falência e não quitam os direitos do trabalhador como salários, 13º

salário, FGTS e INSS.

O secretário de Assuntos Parlamentares da CNTV e deputado distrital Chico Vigilante destacou a importância de todos os Sindicatos do país debaterem a implantação da legislação em suas regiões. Ele afirma que é necessária uma campanha nacional para garantir que os legisladores se comprometam com a categoria na apresentação da proposição nas Câmaras de Vereadores e Assembleias Legislativas. No Distrito Federal a lei também já está em vigor.

“É importante, pois nos traz segurança. Em Alagoas já apresentamos uma proposta ao líder do governo na Assembleia Legislativa”, revela Ferreira, presidente do Sindicato dos Vigilantes de Alagoas.

A lei anticalote prevê o depósito em conta bloqueada dos direitos dos trabalhadores terceirizados, tais como 13º salário, férias, rescisão, multa dos 40% do FGTS e depósito direto do FGTS pelo contratante na conta vinculada da Caixa. A medida visa assegurar o recebimento dos direitos aos funcionários de empresas que atrasam salários e/ou que encerram o funcionamento não efetuando os pagamentos dos

encargos trabalhistas. A princípio a legislação é aplicada aos contratantes de órgãos públicos.

“No Rio de Janeiro, tem empresas que estão fugindo de contratos com o Estado. Quando elas começam a fechar alegam que não tem dinheiro para pagar as indenizações e propõem parcelamentos. Há dois meses, num posto da Imprensa Oficial, demitiram os vigilantes para colocar policiais na segurança privada. Já denunciemos aos órgãos competentes. Outro caso, foi uma empresa que parcelou as indenizações em outra região do Estado, no entanto, em Niterói fomos ao Ministério Público do Trabalho e garantimos que a empresa e o contratante pagasse todas os encargos trabalhistas e 15 dias e sem parcelamento. Foi uma vitória para todos nós. Já estamos conversando com vereadores das cidades da



Lei Anticalote garante que trabalhadores terceirizados recebam seus direitos caso as empresas quebrem.

nossa base para apresentar o projeto dos Vigilantes de Niterói e região e anticalote”, afirma Cláudio José de Secretário Geral da CNTV. Oliveira, presidente do Sindicato

Fonte: CNTV

## Sindicato dos Vigilantes de Barueri realiza Campanha do Sorriso Saudável para as crianças

No dia 14 de outubro, o Sindicato dos Vigilantes de Barueri oferecerá atendimento odontológico gratuito para crianças entre 6 meses e 12 anos.

Traga seu filho e usufrua dos seguintes serviços: limpeza, aplicação de flúor, avaliação, check-up odontológico preventivo, orientações para cuidar do sorriso e saúde bucal.

Fonte: Sindicato dos Vigilantes de Barueri





# Vigilantes participam de Audiência Pública na Câmara Municipal de São Paulo

Vigilantes de São Paulo estão convidados para participar de uma audiência pública na Câmara Municipal de São Paulo para debater o Piso Nacional de R\$ 3 mil, a jornada 12x36, Estatuto da Segurança Privada, entre outros temas da pauta da categoria. A atividade, agendada pela vereadora Juliana Cardoso, ocorre nesta sexta-feira (9), às 13h30.

Para o presidente do Sindicato dos Vigilantes de Barueri e secretário de Assuntos Jurídicos da Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV), Amaro Pereira, a atividade visa esclarecer ao legislativo pontos que ainda estão pendentes e que são de interesse dos vigilantes. “Esperamos contar com o apoio da Casa nesta reta final da Campanha Salarial 2016”, completou Amaro.

O encontro também vai debater a possibilidade de criação da função de gestor em segurança, que exigirá nível superior, como incentivo à formação e valorização do profissional especializado, que é cada vez mais requisitado no mercado de trabalho.



*Câmara Municipal de São Paulo*



## Audiência Pública

A **Câmara Municipal de São Paulo**, na pessoa da Ver<sup>a</sup> Juliana Cardoso, e a **Confederação Nacional dos Vigilantes**, na pessoa de seu presidente, José Boaventura dos Santos, têm a honra de convidar V. Sa. para participar da **Audiência Pública** com a finalidade de debater o PL-4238/2012, que está tramitando no Congresso Nacional, sobre o **Estatuto da Segurança Privada, o Piso Nacional do Vigilante e a Jornada de Trabalho 12x36**.

**Data:** 09 de outubro de 2015


**Horário:** 13h30 às 16h30

**Local:** Plenário Prestes Maia / 1º Câmara Municipal de São Paulo

**Endereço:** Viaduto Jacarei, nº 100 - 1º Andar - Centro - S. Paulo

Comissão por São Paulo  
José Boaventura dos Santos  
Severino Ferreira Lima  
Amaro Pereira  
Aníbal França

[sindespsp@hotmail.com](mailto:sindespsp@hotmail.com)  
[cntv@terra.com.br](mailto:cntv@terra.com.br)

 José Boaventura dos Santos  
CNTV - Presidente

Apoio



Juliana Cardoso  
Vereadora  
Câm. Mun. S. Paulo

## Conferência Nacional debateu jornada 12x36 e PL com os trabalhadores

Durante Conferência Nacional dos Vigilantes, realizada entre os dias 2 e 3 de outubro, em Maceió (AL), sindicalistas e categoria de todo o país discutiram a regulamentação da jornada 12x36, com destaque para o pagamento dos intervalos, analisaram e sugeriram mudanças no relatório do deputado Wellington Roberto sobre o Projeto de Lei 4238/12, aprovado no dia 16/9, na Câmara dos Deputados, que excluiu o Piso Nacional.

“O PL aprovado contempla a categoria em vários aspectos. Seu resultado, em geral, foi satisfatório e ocorreu devido às mobilizações dos trabalhadores, avanços na discussão e negociação do projeto com os líderes do governo e apoio de parlamentares, como o Chico Vigilante, Vicentinho e Erika Kokay, que defendem os interesses dos vigilantes. Por outro lado, infelizmente, devido a uma manobra dos patrões e alguns sindicatos, a emenda do piso não foi considerada no relatório final do projeto”, analisa Amaro Pereira.

Fonte: Sindicato dos Vigilantes de Barueri

# VIGILANTE PISO NACIONAL 3 MIL REAIS



CONFEDERAÇÃO, FEDERAÇÕES E SINDICATOS DE VIGILANTES



CUT  
BRASIL

# Greve cresce no segundo dia e 8.763 agências paralisam as atividades

O segundo dia da greve nacional dos bancários, nesta quarta-feira (7), foi marcado pelo crescimento da mobilização em todo o Brasil. Nos 26 Estados da Federação e no Distrito Federal, 8.763 agências e centros administrativos permaneceram fechados durante todo o dia. Um aumento de 2.512 agências, cerca de 40% maior que a paralisação do primeiro dia de greve.

Para Roberto von der Osten, presidente da Contraf-CUT, a greve dos bancários se consolidou e aumentou hoje, o que mostra que a insatisfação dos trabalhadores também se ampliou. “Os bancários ficaram ainda mais indignados com a divulgação, pela imprensa, da correção de salários e com o tamanho da remuneração dos altos executivos dos bancos”, afirmou.

“Acreditamos que, com esse crescimento, os banqueiros fiquem convencidos que sua tentativa de redução de salários não vai funcionar. E que nos chamem para negociar com uma proposta que tenha mais responsabilidade social e coerência”, completou o presidente da Contraf-CUT.

Segundo ele, a principal divergência da negociação persiste: “Os bancários querem continuar com o modelo de negociação que deu certo nos últimos onze anos, que é a reposição da inflação, mais um ganho real. Os banqueiros querem voltar a um desenho com um índice menor que a inflação mais um abono. Esse formato, que traz redução de salário, foi derrotado

nos anos 90. Isso é um retrocesso que não vamos admitir”, garantiu.

## Greve forte conquista

Nos últimos anos, os bancários vêm conquistando aumentos reais de salário e foi a força da greve que levou os banqueiros a retomar as negociações e a apresentar uma nova proposta. Na Campanha Nacional

2015, a greve vem crescendo e o período de sua duração será definido pela força da mobilização dos bancários.

Somente uma greve forte garantirá uma proposta decente, que respeite a imensa participação dos bancários, com seu trabalho, nos lucros astronômicos que os bancos vêm apresentando.

## Confira as reivindicações dos bancários:

Reajuste salarial de 16%. (incluindo reposição da inflação mais 5,7% de aumento real)

PLR: 3 salários mais R\$7.246,82

Piso: R\$3.299,66 (equivalente ao salário mínimo do Dieese em valores de junho último).

Vales alimentação, refeição, 13ª cesta e auxílio-creche/babá: R\$788,00 ao mês para cada (salário mínimo nacional).

Melhores condições de trabalho com o fim das metas abusivas e do assédio moral que adoecem os bancários.

Emprego: fim das demissões, mais contratações, fim da rotatividade e combate às terceirizações diante dos riscos de aprovação do PLC 30/15 no Senado Federal, além da ratificação da Convenção 158 da OIT, que coíbe dispensas imotivadas.

Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) para todos os bancários.

Auxílio-educação: pagamento para graduação e pós.

Prevenção contra assaltos e sequestros: permanência de dois vigilantes por andar nas agências e pontos de serviços bancários, conforme legislação. Instalação de portas giratórias com detector de metais na entrada das áreas de autoatendimento e biombos nos caixas. Abertura e fechamento remoto das agências, fim da guarda das chaves por funcionários.

Igualdade de oportunidades: fim às discriminações nos salários e na ascensão profissional de mulheres, negros, gays, lésbicas, transexuais e pessoas com deficiência (PCDs).

Fonte: Contraf-CUT

### Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV  
Presidente da CNTV: José Boaventura Santos  
Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz  
Jornalista: Prícilla Beine Abdelaziz  
Projeto gráfico e Diagramação: Anibal Bispo



site: [www.cntv.org.br](http://www.cntv.org.br)  
email: [cntv@terra.com.br](mailto:cntv@terra.com.br)  
Fone: (61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior, Térreo, lojas 09-11  
CEP: 73300-000 Brasília-DF